



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/SELOG/SR/PF/PE

ESTUDO PRELIMINAR Nº 12760904/2019-GESCON/SELOG/SR/PF/PE

Processo nº 08400.005866/2023-19

Anexo III da In 05-2017

1. OBJETIVO

1.1. O presente documento visa analisar a viabilidade da contratação do serviço continuado, **sem dedicação exclusiva**, de veterinário e hospitalar, em benefício dos cães farejadores da SR/PF/PE, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a otimizar o atendimento das necessidades da Administração. A demanda foi formalizada pelo Documento de Formalização da Demanda (31088932).

1.2. A contratação tem como objeto a escolha de empresa/pessoa física para prestação de serviços veterinários e hospitalar a serem executados em favor do Canil/DRE/SR/PF/PE com fornecimento de todos os insumos, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução contratual, mediante especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência, para o atendimento da Polícia Federal no Estado de Pernambuco, conforme especificado neste instrumento.

2. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

2.1. A Equipe de Planejamento, designada pela documento Lici. Instituição de Equipe de Planej. Contratação CPL/SELOG/SR/PF/PE(32681549), elaborou os Estudos Preliminares para a contratação em tela, para análise da sua viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, em conformidade com o disposto no artigo 24 e no Anexo III da IN Seges/MPDG nº 5/2017.

2.2. Inicialmente é importante destacar que o Canil da Superintendência da Polícia Federal em Pernambuco está situado no **Centro de Treinamento/Depósito (DNIT) - BR-101, S/N - Km 69,8 - Curado, Recife - PE, CEP: 51240-340.**

3. NORMATIVOS QUE IDENTIFICAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS:

- **Instrução Normativa Nº 05/2017** - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Lei 14.133/2021** - Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- **Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022** - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Instrução normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022** - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- **Instrução normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022** - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.
- **Instrução normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021** - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021** - Dispõe sobre a dispensa de

licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

- PORTARIA Nº 15.963-DG/PF, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022;
- Resolução nº 1.015 do Conselho Federal de Medicina Veterinária, de 09/12/2012; e
- Demais Normas e Resoluções do Conselho Federal de Medicina Veterinária;

4. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES E CONTRATAÇÕES SIMILARES

4.1. O contrato anterior foi formalizado através do Processo SEI Nº 08400.002504/2022-87, **com prazo previsto para encerramento em 11/12/2023.**

4.2. O objeto do contrato atualmente vigente contempla a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço continuados de **atendimento veterinário e hospitalar para 04 (quatro) cães farejadores** da Superintendência Regional de Polícia Federal em Pernambuco (SR/PF/PE);

4.3. Foram utilizados como referência, além da contratação atual da SR/PF/PE, as seguintes licitações:

4.3.1. Pregão Eletrônico Nº 08/2017/SR/PF/PE, SEI Nº 08400.003181/2017-81;

4.3.2. NºPregão:22022 / UASG:200114 (10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal);

4.3.3. NºPregão:12022 / UASG:170116 (7ª Região Fiscal); e

4.3.4. NºPregão:82021 / UASG:170533 (Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo); e

4.3.5. Nº Pregão 19/2023/PM/DF.

5. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação de serviços médicos veterinários para o Canil Regional da Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco (SR/PF/PE) se faz imperativa diante da necessidade premente de assegurar a prevenção e manutenção da saúde dos cães de trabalho, fundamentais para as operações de prevenção e combate ao crime organizado. Esta decisão visa atender aos requisitos estabelecidos pela PORTARIA Nº 15.963-DG/PF, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022, que regulamenta as atividades especializadas do Serviço Especial de Canil Central, estabelecendo diretrizes operacionais e administrativas para os canis regionais.

5.2. A atuação da Polícia Federal na área de prevenção e combate ao crime organizado depende substancialmente do suporte oferecido pelos cães de trabalho, que desempenham funções cruciais na detecção de drogas, explosivos, armas e munições, entre outras atribuições. Para garantir o pleno funcionamento dessas atividades, é essencial contar com serviços médicos veterinários especializados.

5.3. Atualmente, o Canil Regional da SR/PF/PE enfrenta carências significativas em termos de recursos humanos e infraestrutura física necessários para atender adequadamente às demandas de saúde dos animais de trabalho. A ausência de pessoal qualificado e a falta de equipamentos adequados representam obstáculos significativos para o atendimento eficiente e apropriado.

5.4. A não prestação de atendimento adequado aos problemas de saúde dos animais pode resultar no agravamento de quadros clínicos, prolongando estados dolorosos e, em casos extremos, configurando-se como crime de maus tratos, conforme previsto na Lei nº 9.605/98, em seu art. 32. Além disso, a perda de um animal de trabalho devido à falta de cuidados veterinários apropriados pode comprometer as operações de combate ao crime organizado.

5.5. Conforme estabelecido na PORTARIA Nº 15.963-DG/PF, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022, as superintendências regionais são responsáveis por prever dotação orçamentária específica para a alimentação, atendimento médico-veterinário, medicamentos, vacinas, material de limpeza e higiene dos cães. Diante da ausência de pessoal habilitado e estrutura adequada no Canil Regional da SR/PF/PE, a contratação de serviços médicos veterinários se torna essencial para cumprir essas obrigações.

5.6. Portanto, a contratação de serviços médicos veterinários para o Canil Regional da SR/PF/PE não apenas está em conformidade com as diretrizes institucionais estabelecidas, mas também é essencial para assegurar o bem-estar, a saúde e o pleno desempenho dos cães de trabalho, contribuindo

diretamente para o sucesso das operações de segurança e combate ao crime organizado desenvolvidas pela Polícia Federal.

6. DA INFRAESTRUTURA ATUAL DO CANIL REGIONAL

6.1. Atualmente, o Canil Regional da Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco (SR/PF/PE) dispõe de uma sala específica destinada ao atendimento médico-veterinário dos cães de trabalho. A sala é minimamente equipada para garantir um ambiente propício ao cuidado e tratamento dos animais.

6.2. A disposição da sala inclui uma maca especialmente designada para realizar procedimentos médicos e exames físicos nos cães. Ao redor da sala, prateleiras posicionadas oferecem espaço adequado para armazenamento de medicamentos, instrumentos médicos e outros suprimentos necessários para atender às necessidades de saúde dos animais.

6.3. Para facilitar o trabalho do profissional de saúde veterinária, a sala conta com armários destinados ao armazenamento seguro de documentos, registros médicos dos cães, e outros materiais essenciais para a gestão adequada do atendimento veterinário. Além disso, a presença de cadeira proporciona um local para a realização de consultas, discussões de casos e a interação entre os profissionais envolvidos.

6.4. Para manter um ambiente controlado e confortável, a sala é equipada com ar-condicionado, assegurando condições climáticas ideais para o bem-estar dos cães durante os procedimentos médicos. Essa medida contribui para criar um ambiente propício ao atendimento veterinário eficaz e para o rápido restabelecimento da saúde dos animais.

6.5. Em resumo, a sala destinada aos atendimentos médicos-veterinários no Canil Regional da SR/PF/PE é projetada com atenção aos detalhes, fornecendo os recursos mínimos para garantir o atendimento básico e rotineiro aos animais. Ressalta-se que para atendimentos mais complexos e especializados, será necessário remover os animais para Unidades Especializadas (hospitais, clínicas, etc.). **Esses deslocamentos poderão ser realizados/apoiados com os veículos especializados do próprio órgão.**

6.6. Em anexo, há imagens das instalações internas e externas do Canil Regional.

7. DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO:

7.1. Considerando a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços prestados, em virtude da manifestação da empresa atualmente contratada em não prorrogar o contrato vigente, e levando em consideração o baixo valor estimado da contratação, o órgão decidiu pela realização de uma dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Ressalta-se que o prazo inicial do contrato será de 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Considerando que o valor total estimado da contratação não supera o limite atualizado de **R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos)**, no Padrão Descritivo de Material (PDM), do CATSERV, do *Compras.gov.br*, de acordo com a IN SEGES 08/2023;

7.3. Considerando o pequeno valor da contratação (II, Art. 75, da Lei 14.133/2021), julga-se adequada a opção do órgão pela contratação direta, com fundamento no artigo abaixo::

Art. 75. É dispensável a licitação (Lei 14.133/2021):

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

7.3.1. O legislador facultou à Administração, quando lhe convier, dispensar a licitação para atender ao interesse público. Após realização do levantamento de mercado, considerou não ser justificável a abertura da licitação em vista do custo para abertura e concretização do procedimento licitatório, já que se trata de contratação de pequena monta e com tempo exíguo em virtude da iminência do término do contrato atual.

7.3.2. 5. Ressalta-se que limite do valor previsto no II, Art. 75, considerará o somatório da

contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza contratados pela mesma unidade gestora ao longo deste exercício financeiro.

7.3.3. Em cumprimento ao que dispõe o art. 4º, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021, opta-se pela realização da **Dispensa Eletrônica**, conforme descrição abaixo:

Art. 4º Os órgãos e entidades adotarão a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

III - contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, quando cabível; e

IV - registro de preços para a contratação de bens e serviços por mais de um órgão ou entidade, nos termos do § 6º do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

8.0.1. Conforme versa IN 05/ 17:

"Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."

8.0.2. Assim, a prestação do serviço em pauta, possui natureza continuada, e, a ausência de sua execução ocasiona danos a esta Administração, impedindo que as atividades nela desempenhadas sejam realizadas.

9. DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

9.0.1. O contrato será firmado por um prazo inicial de **12 (doze) meses**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. **A vigência do contrato se iniciará a partir de 12/12/2023, logo após a data prevista para o encerramento do contrato atual.**

9.0.2. Por tratar-se de serviços essenciais para o desempenho das atividades institucionais da Polícia Federal, o Contrato poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, a cada 12 (doze) meses, observados os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea e desde que autorizado formalmente pela autoridade competente, quais sejam:

- a) Se os serviços tiverem sido prestados regularmente;
- b) Se a Administração mantiver interesse na realização do serviço;
- c) Se o valor do Contrato permanecer economicamente vantajoso para a Administração;
- d) Se a Contratada manifestar expressamente interesse na prorrogação.

10. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

10.0.1. Os serviços a serem contratados deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como, a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental;

10.0.2. Os serviços a serem executados deverão ainda obedecer a todas as normas existentes

atinentes ao objeto do Contrato, ou que venham a ser editadas durante a vigência da contratação, mais especificamente as seguintes normas:

- a) Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- b) Resolução RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004 - que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;
- c) Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

10.1. De acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (5ª Edição):

10.1.1. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA.

11. DO ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

11.0.1. A contratação em pauta está alinhada com o objetivo institucional da Polícia Federal, de “Reduzir a Criminalidade”, de acordo com o item 9.4 do Anexo I da Portaria nº 4.453/2014-DG/DPF, conforme descrito abaixo:

“9.4. Objetivo Institucional: Reduzir a Criminalidade

Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

9.4.1. Ação Estratégica: Prevenção à Criminalidade

Desenvolver, sistematizar e implementar medidas preventivas à ocorrência de delitos de competência da Polícia Federal, no sentido de conferir maior poder de atuação em face da criminalidade e permitir que a instituição se previna contra cenários futuros que desfavoreça a segurança pública, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

9.4.2. Ação Estratégica: Repressão a Organizações Criminosas

Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de repressão a organizações criminosas e ao crime organizado em geral, instituindo novas técnicas de atuação e investigação, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

9.4.3. Ação Estratégica: Atuação Policial em Grandes Eventos

Dotar a instituição de mecanismos e estrutura necessários, de maneira a se preparar para eventos de grande porte que dependam de intervenção policial federal sistêmica e contínua, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

9.4.4. Ação Estratégica: Gestão da Qualidade da Prova

Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de preservação da prova tratada no âmbito da polícia judiciária, aprimorando o controle da cadeia de custódia e primando pela sua excelência, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

9.4.5. Ação Estratégica: Aperfeiçoamento dos Procedimentos de Polícia

Judiciária

Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de aprimoramento da investigação criminal e de procedimentos relacionados às atividades de polícia judiciária, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

9.4.6. Ação Estratégica: Efetivação de Mecanismos de Análise e Inteligência Policial

Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de análise e inteligência policial e de integração e interação de dados, informações e sistemas, protegendo-os de ataques e ações adversas, emprestando maior eficiência às análises e investigações policiais, bem como à elaboração de exames periciais, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

9.4.7. Ação Estratégica: Atuação Policial em Áreas de Fronteira

Desenvolver, sistematizar, aprimorar e implantar ações preventivas e repressivas a crime transfronteiriços e na faixa de fronteira com o objetivo de impedir a circulação ilegal de drogas, armas, bens e pessoas.”

3.2.2. Os animais de trabalho da PF, juntamente com os policiais operadores de cães, têm atuado em diversas áreas, ao longo dos últimos anos, entre as quais pode-se citar: prevenção e repressão à criminalidade e organizações criminosas com a trabalho de detecção de drogas, armas e correlatos; atuação policial nos grandes eventos com o trabalho de detecção de explosivos; atuação policial na prevenção de atentados à autoridades com o trabalho preventivo de vistoria de segurança em áreas onde ocorrerão eventos ou ficarão hospedadas autoridades; atuação policial em áreas fronteiriças com a detecção de drogas e armamentos, entre outras.

12. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS

12.1. A empresa responsável pelos animais deve atender aos seguintes requisitos:

12.2. Local Para a Prestação dos Serviços:

CENTRO DE TREINAMENTO OPERACIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA
DA POLÍCIA FEDERAL EM PERNAMBUCO

BR101 – KM 69, CIDADE UNIVERSITÁRIA, RECIFE/PE

Canil da SR/DPF/PE

Fone: (81) 2137-4017

12.3. Dos serviços a serem prestados:

a) Atendimento 24 (vinte e quatro) horas;

b) Emissão de Atestado de saúde;

c) Visitas periódicas semanais ao Canil Regional da SR/PE, para acompanhamento;

d) Consultas;

e) Programa de vacinação e vermifugação;

f) Programa de controle de ecto e endo parasitos;

g) Remoção de tártaro;

h) Internações, quando necessário;

i) Cirurgias, quando necessário;

j) Exames clínicos e laboratoriais, ultra-sonografias, radiografias, eletrocardiograma e outros;

k) Necropsias, quando necessário;

l) Fornecimento de medicamentos;

m) Responsabilidade técnica perante os órgãos fiscalizadores, bem como perante as instâncias judiciais.

12.4. **Requisitos Necessários ao Atendimento da Necessidade:**

12.4.1. As empresas a serem contratadas deverão comprovar suas qualificações técnicas e operacionais por meio da apresentação dos seguintes documentos:

12.4.1.1. Registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária da Contratada e de seus responsáveis técnicos, assim como, dos profissionais graduados contratados;

12.4.1.2. Alvará de Funcionamento ou Licença Sanitária, emitido pela Vigilância Sanitária.

12.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar todo o material de consumo e material de uso duradouro, necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados.

12.6. **Da localização da empresa:**

12.6.1. A exigência de que a empresa contratada esteja localizada próxima ao local de prestação dos serviços, preferencialmente na Região Metropolitana do Recife, ou tenha representação na proximidade, é fundamental para garantir a prontidão e eficácia no atendimento em situações de emergência relacionadas à saúde dos cães de trabalho do Canil Regional da SR/PF/PE.

- **Agilidade em Situações de Emergência:**

A proximidade geográfica da empresa contratada permite uma resposta rápida em casos de emergência. Em situações críticas, como acidentes ou problemas de saúde súbitos, a celeridade no deslocamento da equipe médico-veterinária é crucial para preservar a vida e a integridade dos animais.

- **Minimização de Tempo de Resposta:**

A redução do tempo de resposta é essencial para assegurar que os cães recebam atendimento veterinário imediato. A proximidade geográfica contribui para minimizar o tempo necessário para a chegada da equipe, possibilitando intervenções rápidas e eficazes.

- **Preservação da Saúde dos Animais:**

Em emergências, a prontidão no atendimento veterinário pode ser determinante para evitar o agravamento de condições de saúde dos animais. A preservação da saúde dos cães está diretamente ligada à eficiência e rapidez com que a equipe médico-veterinária pode chegar ao local.

- **Redução de Riscos Associados à Distância:**

Distâncias prolongadas podem aumentar os riscos de complicações durante o transporte dos animais para atendimento veterinário. A presença próxima da empresa contratada reduz esses riscos, garantindo uma intervenção mais imediata.

- **Garantia de Disponibilidade Contínua:**

A proximidade facilita a disponibilidade contínua da equipe, assegurando que profissionais estejam prontos para atender a qualquer momento, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

- **Alinhamento com a Responsabilidade Legal:**

A exigência de proximidade está em conformidade com a responsabilidade legal de garantir o bem-estar dos animais de trabalho, conforme previsto em legislações específicas e na própria PORTARIA Nº 15.963-DG/PF, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022, que determina a previsão orçamentária para atendimento médico-veterinário nas Superintendências Regionais.

12.6.2. Em resumo, a exigência de proximidade ou representação na Região Metropolitana do Recife é estratégica e crucial para assegurar a eficácia e a prontidão nos serviços médicos-veterinários, especialmente em situações de emergência, proporcionando um ambiente propício à preservação da vida e da integridade dos cães de trabalho do Canil Regional da SR/PF/PE.

13. **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

13.1. A definição da quantidade de serviços de atendimento veterinário e hospitalar para 4 (quatro) cães farejadores, com uma unidade de medida de mês e uma quantidade de 12 meses, foi cuidadosamente dimensionada de acordo com as necessidades específicas do Canil Regional da Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco (SR/PF/PE). A justificação para essa

quantidade é respaldada por vários fatores estratégicos e operacionais:

- Quantidade Atual de Cães:**

A quantidade de 4 cães corresponde à população atual do Canil Regional da SR/PF/PE. Esses animais desempenham funções cruciais na prevenção e combate ao crime organizado, tornando essencial a prestação contínua de serviços médicos-veterinários para garantir seu bem-estar e desempenho operacional.

- Rotina de Atendimento Regular:**

A alocação de serviços ao longo de 12 meses proporciona uma cobertura contínua e regular de atendimento. Isso é crucial para a manutenção preventiva da saúde dos cães, identificando e tratando potenciais problemas antes que se tornem sérios, contribuindo para a eficácia a longo prazo das operações do Canil.

- Prevenção e Monitoramento Constantes:**

O atendimento mensal assegura a implementação de medidas preventivas, como vacinações, exames de rotina e monitoramento constante da saúde dos cães. Essa abordagem proativa contribui para evitar emergências e promover a saúde contínua dos animais.

- Resposta Eficiente a Situações Emergenciais:**

A periodicidade mensal do atendimento está alinhada à possibilidade de situações emergenciais. A rapidez na resposta a emergências é essencial para garantir o tratamento imediato dos animais em caso de lesões, doenças súbitas ou outras eventualidades que possam comprometer a saúde dos cães.

- Adequação às Diretrizes Institucionais:**

A quantidade de serviços está em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela PORTARIA Nº 15.963-DG/PF, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022, que estipula a previsão orçamentária para atendimento médico-veterinário nas Superintendências Regionais, incluindo o Canil Regional da SR/PF/PE.

- Garantia de Continuidade nas Operações:**

A continuidade nos serviços médicos-veterinários ao longo do ano assegura que os cães permaneçam em condições ideais para cumprir suas responsabilidades operacionais. A saúde contínua dos animais é vital para a manutenção da eficiência e eficácia nas operações contra o crime organizado.

NÚMERO DE CÃES	VALOR UNITÁRIO MÉDIO (POR CÃO)	VALOR TOTAL ESTIMADO (12 MESES)
04	R\$ 1.185,00	56.880,00

13.2. Em resumo, a escolha da quantidade de 12 meses para o atendimento veterinário e hospitalar de 4 cães farejadores reflete uma abordagem abrangente e estratégica, considerando a quantidade atual de animais, a necessidade de manutenção preventiva, a resposta a emergências e a conformidade com as diretrizes institucionais estabelecidas para o Canil Regional da SR/PF/PE.

14. **LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR**

14.0.1. Os serviços a serem contratados são atividades complementares à área de atuação da PF, não dispondo o CANIL/DRE/DRCOR/SR/PF/PE de recursos humanos, equipamentos e de estrutura física adequadas para o atendimento da totalidade da demanda;

14.0.2. A solução de mercado prevista na legislação vigente para atendimento da demanda pretendida é a contratação de empresa/pessoa física especializada em fornecimento dos serviços para realização das tarefas demandadas;

14.0.3. Observa-se que a contratação de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão é uma prática de mercado utilizada tanto pela PF, assim como, por toda a Administração Pública.

15. **DO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS**

15.1. A opção de permitir que a empresa ou pessoa física terceirizada preste os serviços e forneça todos os materiais necessários para a execução dos serviços foi cuidadosamente considerada e justificada com base em diversas razões que visam atender às necessidades e interesses da Administração. Abaixo estão as justificativas detalhadas para essa escolha:

- **Economia de Escala das Empresas do Segmento:** Empresas especializadas nesse segmento tendem a adquirir materiais em quantidades muito superiores às necessidades de uma única unidade, devido à natureza de seus vários contratos. Isso permite que elas obtenham preços mais reduzidos para os materiais do que a Administração conseguiria em uma compra isolada.
- **Custos Indiretos na Aquisição de Materiais:** Mesmo que, hipoteticamente, a Administração pudesse adquirir materiais por um preço menor que a empresa terceirizada, seria necessário levar em consideração outros custos indiretos. Isso inclui salários e encargos dos servidores públicos encarregados da aquisição, custos de licitação, publicações, oportunidade perdida ao desviar recursos humanos para essa atividade em detrimento de outras prioridades, custos de armazenagem, transporte, potenciais perdas, entre outros.
- **Dimensionamento Preciso dos Materiais:** As empresas terceirizadas são especialistas na prestação de serviços e, portanto, têm a experiência necessária para dimensionar com precisão os tipos e quantidades de materiais necessários. A Administração, por outro lado, não possui necessariamente um catálogo exaustivo de especificações de materiais para aquisições desse tipo, o que poderia resultar em compras em excesso ou falta de materiais.
- **Gestão de Riscos:** A terceirização do fornecimento de materiais proporciona maior controle e redução de riscos. Isso porque as empresas terceirizadas têm um gerenciamento centralizado dos serviços, o que minimiza a probabilidade de falta de materiais, atrasos na entrega e rejeição de materiais por não atenderem às especificações do edital.
- **Prática Comum no Setor:** A grande maioria das empresas que prestam serviços, especialmente no contexto da Administração Pública, fornece também os materiais necessários. Essa prática é amplamente aceita e não afeta a competitividade das licitações nem a busca pela economicidade.

15.2. Portanto, a escolha de permitir que a empresa terceirizada forneça os materiais necessários está alinhada com a otimização de recursos, a redução de custos indiretos, a gestão eficaz dos materiais e a busca pelo cumprimento bem-sucedido dos serviços de acordo com os critérios adotados. Essa decisão foi fundamentada em princípios de economicidade e na prática comum no setor, visando atender às necessidades da Administração da forma mais eficaz possível.

16. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

16.1. Em função desse Estudo Preliminar realizado conclui-se que para atendimento da demanda relativa aos Serviços Médicos Veterinários para suprimento da manutenção da saúde dos cães de trabalho da Polícia Federal será realizado procedimento licitatório para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento dos serviços pretendidos de forma contínua, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas especificações e condições descritas abaixo:

16.2. Os serviços deverão atender às normas do Conselho Federal de Medicina Veterinária, assim como, dos demais órgãos regulamentares;

16.3. Os serviços serão de inteira responsabilidade da Contratada, não sendo admitida a subcontratação do contrato.

16.4. A subcontratação poderia prejudicar a responsabilidade legal e contratual da Contratada;

17. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

17.1. A contratação dos serviços médicos-veterinários para o Canil Regional da SR/PF/PE visa alcançar diversos resultados cruciais para o bem-estar, eficácia operacional e integridade dos cães farejadores, essenciais nas operações de prevenção e combate ao crime organizado. Alguns dos resultados pretendidos incluem:

- **Saúde e Bem-Estar dos Cães:**

Assegurar a saúde física e emocional dos cães, proporcionando atendimento médico-veterinário regular e emergencial para prevenir e tratar doenças, lesões e garantir seu bem-estar geral.

- **Manutenção da Capacidade Operacional:**

Garantir que os cães de trabalho permaneçam em condições ideais para desempenhar suas funções operacionais, contribuindo para a eficácia contínua nas atividades de prevenção e combate ao crime organizado.

- **Prevenção de Doenças e Complicações de Saúde:**

Implementar medidas preventivas, como vacinações, exames regulares e monitoramento constante da saúde, para evitar doenças e complicações que possam comprometer a capacidade de trabalho dos cães.

- **Intervenção Rápida em Emergências:**

Garantir a prontidão e resposta rápida em situações de emergência, minimizando o tempo entre a identificação de problemas de saúde e a prestação de cuidados adequados, preservando a vida e integridade dos cães.

- **Cumprimento de Normativas Legais:**

Assegurar o cumprimento das normativas legais relacionadas ao tratamento e cuidado de animais, conforme previsto na legislação vigente, incluindo a Lei nº 9.605/98 e as diretrizes da PORTARIA Nº 15.963-DG/PF, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

- **Minimização de Riscos de Maus Tratos:**

Reduzir os riscos de maus tratos aos animais, conforme estabelecido na legislação, ao prover cuidados de saúde adequados e evitar situações que possam resultar em sofrimento desnecessário.

- **Continuidade nas Operações de Segurança:**

Contribuir para a continuidade e eficiência das operações de segurança, assegurando que os cães estejam em condições ótimas para desempenhar suas funções de detecção de drogas, explosivos, armas, e outras atribuições relevantes.

- **Confiança e Parceria Duradoura:**

17.2. Estabelecer uma parceria duradoura e de confiança com a empresa contratada, promovendo a colaboração e a comunicação eficaz para atender às necessidades do Canil Regional da SR/PF/PE. Ao alcançar esses resultados, a contratação dos serviços médicos-veterinários não apenas atende às exigências legais e institucionais, mas também contribui para o sucesso das operações de segurança conduzidas pela Polícia Federal na região.

18. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

18.1. Os serviços serão executados majoritariamente no Canil localizado no Centro de Treinamento da PF e serão fornecidas todas as devidas condições, no que concerne a instalações, ergonomia do trabalho, tecnologia, orientação quanto às singularidades do órgão etc.

18.2. Sempre que necessário a Administração realizará campanha de conscientização junto aos servidores para que mantenham organizados seus espaços de trabalho, em especial as mesas e os tampo de armários, de forma a facilitar o acesso e a execução dos serviços.

18.3. Avaliar a necessidade de capacitação dos servidores que atuam nas fases de contratação e de fiscalização dos serviços.

18.4. A avaliação deve ser realizada antes da etapa de planejamento da contratação sendo de responsabilidade da área de logística que deve submeter suas conclusões ao Superintendente Regional da SR/PF/PE, com sugestões das capacitações a serem realizadas, quando necessárias.

18.5. **A contratação em tela está alinhada ao Planejamento Estratégico 2023 da Polícia Federal, conforme item 9.2.7. da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 3 de novembro de 2010: Ação Estratégica: Racionalização da Gestão Logística: “Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de racionalização da logística policial, inventariando, padronizando e racionalizando os**

bens e materiais de consumo, operacional e permanente, fornecendo aos servidores envolvidos no processo e treinamento e capacitação adequados”.

19. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

19.1. Benefícios diretos são aqueles já mencionados na própria justificativa de contratação, isto é, saúde e integridade física dos animais .

19.2. Benefícios indiretos – O impacto para a sociedade por meio de um melhor atendimento, maior celeridade processual com o apoio dado dos colaboradores terceirizados.

19.3. Buscando sempre a prática dos princípios da eficiência e efetividade, quando se tenta alcançar a alta produtividade, agilidade, qualidade, segurança e máxima perfeição do trabalho, as adequações dos atuais serviços são as metas visadas pela administração das atividades meio e apoio operacional, o que não seria possível sem a contratação de serviços especializados terceirizados.

19.4. Esta contratação busca atingir os seguintes resultados:

19.4.1. a) Garantir níveis satisfatórios de qualidade dos sistemas da SR/PF/PE;

19.4.2. b) Apoiar permanentemente os servidores policiais da SR/PF/PE;

19.4.3. c) Melhorar o serviço do Canil da PF, com a qualidade necessária para promover e manter, no mais alto nível, o conceito e a imagem da Polícia Federal em Pernambuco.

19.5. Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento, **considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.**

Recife/PE, 05 de dezembro de 2023.

ANA PAULA BANDEIRA DE ANDRADE LIMA

Agente de Polícia Federal
Membro da Equipe de Planejamento

MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS

Agente de Polícia Federal
Membro da Equipe de Planejamento

O processo é público nos termos da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação.

A Polícia Federal, de acordo com a Constituição de 1988 e a Portaria nº 15.963-DG/PF, necessita contratar serviços médico-veterinários para seus quatro caninos. Atualmente, o Canil Regional carece de estrutura e profissionais especializados para tratamento, exames e procedimentos, como radiografias e atendimentos odontológicos. A falta de instalações adequadas impede a realização de cirurgias, atendimentos de urgência/emergência e internações. A contratação visa atender às demandas de saúde dos animais, preservando sua capacidade de trabalho e o bem-estar, essenciais para o serviço policial. Destaca-se a importância contínua desse serviço para evitar danos irreversíveis à saúde dos caninos e garantir a segurança do policial em serviço. Portanto, a contratação da empresa para prestação contínua de serviços médico-veterinários é imprescindível para melhorar as condições operacionais da Polícia Federal em Pernambuco, atendendo às determinações da PORTARIA Nº 15.963-DG/PF, DE 16 DE FEVEREIRO DE

2022. Nesse sentido, APROVO o presente ETP e JUSTIFICO a necessidade do serviço para atender à Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco.

DANIEL SILVESTRE DE LIMA

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional em Pernambuco Substituto



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS, Pregoeiro(a)**, em 05/12/2023, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DILTON GEORGE LOPES DE OLIVEIRA, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 05/12/2023, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=32705686&crc=7809773A)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=32705686&crc=7809773A](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=32705686&crc=7809773A).

Código verificador: **32705686** e Código CRC: **7809773A**.

Referência: Processo nº 08400.005866/2023-19

SEI nº 32705686